

GIVALDO BARBOSA



Siqueira Campos mostra o mapa do Tocantins, único a ter lugar garantido

## Estados recomeçam jogo da redivisão

AFONSO COZZOLINO  
Da Editoria de Política

Apesar de rejeitadas e criticadas na Comissão de Sistematização, muitas emendas que propõem a criação de novos estados, a partir da divisão dos atuais, voltarão a ser apresentadas nos próximos dias, quando o plenário da Constituinte deverá apreciar a questão. Além da criação pacífica do estado do Tocantins, com o desmembramento de Goiás, e da polêmica em torno da criação do Triângulo, a partir do território de Minas, os constituintes votarão pelo menos dez outras propostas de desmembramento, fusão, desfusão ou transformação de territórios em estados.

A maioria dessas propostas gera controvérsias desde agora. Algumas, no entanto, a exemplo da apresentada pelo deputado Siqueira Campos criando Tocantins, devem ser aprovadas sem maior dificuldade. E o caso da transformação dos territórios de Roraima e Amapá em estados. As duas bancadas federais estão unidas desde o início da Constituinte e já apostam na vitória. "Não existe qualquer emenda contrária e a transformação está garantida nos textos do Centrão e da Sistematização", informou o deputado Eraldo Trindade (PFL-AP). "E só ratificar qualquer dos textos", explicou. O deputado disse que a transformação dos territórios é pacífica porque, ao contrário dos demais estados, nesses casos os limites geográficos estão bem definidos. "Além do mais, a transformação não vai significar qualquer encargo novo para a União", assegurou.

Para Trindade, os territórios brasileiros são verdadeiras "colônias" da União. "Não há dados precisos sobre a evasão de riquezas, mas os impostos são sempre pagos à União, que nos repassa menos do que arrecada", contou ele. "Assim os territórios não se desenvolvem", continuou. Eraldo Trindade informou que as bancadas do Amapá e de Roraima consideram este o momento ideal para a transformação porque "ainda há riquezas na região que podem ser exploradas. Daqui a dez anos, por exemplo, muitas delas poderão estar esgotadas", previu. "Precisamos de independência econômica e administrativa", defendeu.

Se forem aprovadas outras emendas apresentadas, o território de Fernando de Noronha também estará com seus dias contados. Há três propostas de anexação da ilha — e a disputa entre o Rio Grande do Norte e Pernambuco promete ser acirrada. Aquele Estado alega que está mais próximo do território. Este, que a ilha foi propriedade sua. No fundo existe a briga pelo complexo turístico — e as divisões geradas a partir daí — que Fernando de Noronha representa.

O deputado Nilson Gibson (PMDB/PE), da mesma maneira que o deputado José Moura (PFL/PE), quer anexar Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco. Para tanto, ele conta com o apoio de toda a bancada federal, mas acusa o governador Miguel Arraes de jamais ter se interessado pela questão. "Não há disputa entre nós e o Rio Grande do Norte", assegurou Gibson. "Isto é invenção de quem não quer que a ilha fique com qualquer um dos estados", disse. De qualquer maneira, o deputado pernambucano entende que "não há justificativa nem argumento para que Fernando de Noronha seja anexada ao território potiguar". Segundo Nilson Gibson, a ilha não está ligada a história daquele estado.



Já o deputado Ismael Wanderley (PMDB/RN) apresentou emenda de anexação de Fernando de Noronha ao território do seu estado. Ao contrário de Gibson, Wanderley informa que as duas bancadas trabalham arduamente para ficar com a ilha. "Temos pedido votos a companheiros e recebido apoio", disse ele, que espera que o Rio Grande do Norte vença a disputa. "O território, de qualquer forma, não vai mesmo ser mantido pela Constituinte", previu. "Não há sentido na União gastar tanto dinheiro com 27 quilômetros quadrados e um mil 200 habitantes. Para que manter um governador?", questionou.

### TAPAJÓS

A criação do estado de Tapajós, a partir do desmembramento do atual estado do Pará, é defendida pelo deputado Paulo Roberto (PMDB/PA), que promete manter a sua emenda com este teor. O parlamentar garantiu que tem o apoio maciço da bancada paraense e de constituintes de outras bancadas. "Tudo indica que Tapajós vai ser aprovado", disse. "Na verdade, o que queremos é garantir a realização de um plebiscito para que a população da região diga se quer ou não a emancipação", informou. O Estado de Tapajós nasceria a sudoeste e a noroeste do Pará, ocupando área de 533 mil quilômetros quadrados. Para o estado do Pará restariam 747 mil quilômetros quadrados de terras. Tapajós teria um milhão de habitantes. O Pará, 3 milhões e 500 mil.

De acordo com o deputado Paulo Roberto, a área planejada para o novo Estado não é "a mais pobre, nem a mais rica do Pará", mas hoje encontra-se pouco desenvolvida por falta de administração. "Participamos com 16 por cento da economia do estado. Temos minerais, principalmente ouro, uma agricultura desenvolvida, pecuária e madeira, além da pesca. Só não estamos mais avançados por causa do descaso das autoridades", disse. "A idéia, portanto, é separar para desenvolver. Vamos descentralizar a administração e dar autonomia a Tapajós, sem criar grandes problemas para o Pará", concluiu.

O senador João Menezes (PFL/PA), no entanto, não concorda com as idéias do deputado e é um dos poucos parlamentares do Pará que combate a criação de Tapajós. "Não foi feito um estudo profundo sobre os benefícios da divisão", disse. "Dividindo o Estado, o Pará se enfraquece e Tapajós não terá condições de se sustentar", afirmou. O senador previu que a emenda não terá 280 votos favoráveis e será rejeitada. Mas garantiu que não trabalha contra a sua aprovação. "Acho a idéia tão absurda que nem me preocupe", contou.

Os territórios da Bahia e de Minas Gerais estão duplamente

ameaçados. Em uma parte de Minas, além da proposta da criação do Triângulo, o deputado João de Deus Antunes (PTB/RS) quer fundar o Estado de São Francisco, tirando também território da Bahia. A outra ameaça ao atual Estado da Bahia é a proposta de criação do Estado de Santa Cruz, defendida pelos deputados Fernando Gomes e Sérgio Brito, mas rejeitada pelo restante da bancada. "Não tem chance de aprovação", disse o deputado Uldurico Pinto (PMDB/BA). Santa Cruz nasceria em cerca de 25 por cento do território baiano, justamente na área mais rica do Estado, o sul. "Lá está concentrado um quinto da nossa economia, especialmente a exploração do cacau", contou Uldurico. "Economicamente o novo Estado é viável", reconheceu ele. "mas o Governador, a Assembleia Legislativa, a bancada na Constituinte e o povo discordam do desmembramento", completou.

### NOVO PAÍS

Entre todas as propostas de desmembramento apresentadas, a mais curiosa é a de autoria do deputado Osmir Lima (PMDB/AC), que transforma o Acre em um país independente do Brasil. "A emenda é extemporânea", classificou o senador Mário Maia (PDT/AC). "Não tem a menor chance de ser aprovada. Creio que meu companheiro de bancada a apresentou e a manteve apenas como forma de protesto contra o descaso do Governo Federal para com aquela região", disse. Segundo Maia, a emenda foi uma iniciativa pessoal do deputado Osmir Lima, que não tem o apoio da bancada, nem em momento algum tentou obtê-lo. No gabinete de Lima, assessores dele reconheceram que a emenda não tem chance de aprovação e confirmaram tratar-se de um protesto do deputado.

O deputado Nilso Sguarezi (PMDB/PR), por sua vez, defende a criação do Estado do Iguacu, a partir de frações dos territórios de Santa Catarina e Paraná. Já o constituinte Davi Alves da Silva (PDS/MA) quer criar o Maranhão do Sul, dividindo seu estado em duas partes. A capital do novo Estado, de acordo com a emenda, seria a cidade de Imperatriz. Mas as duas proposições dificilmente conseguirão reunir a maioria dos votos na Constituinte.

Menos complicada é a proposição dos deputados José Carlos Coutinho (PL/RJ), José Maurício (PDT/RJ) e Adolfo Oliveira (PL/RJ). Eles querem que a Constituinte aprove a realização de um plebiscito no estado do Rio para que a população decida se quer manter ou não a fusão entre a Guanabara e o Rio de Janeiro, feita há 15 anos, de acordo com o deputado Coutinho, de forma "arbitrária e autoritária". O deputado revelou que conta com o apoio de dois terços da bancada fluminense para a proposição. "Na realidade, nunca houve fusão, a não ser em termos políticos, ainda que de maneira parcial. Econômica, política e sócio-culturalmente a Guanabara e o Estado do Rio nunca estiveram unidos", disse.

De acordo com José Carlos Coutinho, recentemente foi feita uma pesquisa no atual estado do Rio, onde se constatou que a população, de fato, não assilou a fusão. "93 por cento dos moradores da antiga Guanabara e 97 por cento dos moradores do antigo Estado do Rio de Janeiro querem a des fusão", revelou.